



**Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**

**Município de Tomar**

**Ata Nº 17**

Aos vinte e três do mês de novembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, conforme o nº 1 do Artº. 11º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 21º do Regimento da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: PAOD – Nos termos do Art.º 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; Ponto Um – Discussão e Votação da Ata da sessão anterior; Ponto Dois – Análise, Discussão e Votação do Orçamento para o ano financeiro de 2021, Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Mapa de Pessoal; Ponto Três – Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

Na bancada do PSD registaram-se as faltas, justificadas, dos vogais, José Manuel Perfeito e Isabel Conceição, Marco Marques e Teresa Patrício. Na bancada do PS, registou-se a ausência, igualmente justificada, de Joana Nunes e de Xavier Costa. Efetuadas as substituições verificaram-se as presenças de João Alberto Marques Cardoso (PS), Jaime das Neves Antunes (PS), Victor Manuel Lopes Duarte (PS), João de Jesus Tapadas Marques (PS), Brísida de Freitas Antunes Arsénio (PS) Maria da Luz Santos Fortes Sousa (PS), Ricardo Jorge Martins Carlos (PSD), Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado (PSD), Tiago Manuel de Oliveira Carrão (PSD), Joaquim Dias Palricas (PSD), Eduardo Jorge da Silva Gomes Correia (BE) e Anabela de Jesus Ribeiro França Mota (CDU).-----

Não se tendo verificado a presença do público, por imposição de normativos legais, resultantes do estado de pandemia global, entrou-se no PAOD. A abrir a sessão, o presidente lembrou os sessenta minutos regimentais destinados a este ponto, solicitando que os mesmos não fossem ultrapassados. Foi também sugerido por Joaquim Palricas, citando a legislação, que o tema Mapa de Pessoal,



## **Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**

### **Município de Tomar**

constante do ponto dois da OT, passasse a ponto autónomo, tal como aconteceu em anos anteriores, sugestão que mereceu a concordância da Assembleia. Assim, “Mapa de Pessoal” passou ao ponto três e os pontos três e quatro da OT passaram a quatro e cinco respetivamente. O PSD apresentou duas moções. A primeira, Apoios Covid-19, foi defendida por Ana Palmeiro que remeteu para a legislação sobre essa matéria. O presidente comentou que a maior parte dos aspetos referidos na moção não são da competência da Junta. Posta à votação, a moção colheu sete votos contra (PS e BE) e cinco a favor (PSD e CDU). A segunda, Apoiar.pt foi defendida por Tiago Carrão que lamentou não ter havido debate na primeira moção. Augusto Barros, comentando a moção, disse que o seu executivo estará sempre ao lado das decisões do governo e da CMT sobre esta matéria, mas os apoios referidos na moção são da competência daquelas duas entidades e não da Junta. Justificou que a Junta não tem verbas nem recursos humanos para tais iniciativas, havendo necessidade de selecionar criteriosamente os apoios a prestar. Anabela Mota vê como positiva a moção, constituindo uma ajuda aos utentes. Tiago Carrão esclareceu que não seria necessário investimento material. Tratar-se-ia de dar suporte a uma sessão presencial ou online, dando-se apoio subsequente se houvesse candidatos. Augusto Barros referiu que não era contra essas iniciativas, mas a Junta não tem pessoal com formação para o desempenho dessas tarefas. E interroga-se para que serve a Acitofeba. João Tapadas corrobora as palavras de Augusto Barros no que tem a ver com a atividade da Acitofeba, entidade que beneficia das cotas dos comerciantes seus associados. E entende que a Junta não tem pessoal com formação adequada para a função. Ricardo Carlos critica o executivo dizendo que se a Junta não serve para apoiar as populações, então serve para quem? E se for uma questão de dinheiro, ele próprio



## **Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**

### **Município de Tomar**

um ano muito exigente por efeito da pandemia não entende esta opção. As intervenções de anos anteriores são semelhantes às de 2021. E peca pelas mesmas lacunas. Há um aumento de valores da receita, mas importa saber onde vai ser gasta. É importante definir prioridades. Se o próximo ano é de incerteza, há que mudar. O PSD fez propostas e algumas estão refletidas no documento mas não executadas. Diz tratar-se de falta de imaginação e de vontade, pelo que a sua bancada irá votar contra. Anabela Mota diz tratar-se de um orçamento de continuidade e de falta de estratégia. Foi ouvida na elaboração do documento, mas poder-se-ia fazer mais. Tendo presente a pandemia, tem dúvidas quanto à realização de alguns pontos, nomeadamente os que envolvem atividades presenciais e, não se realizando, para onde irão essas verbas. E dá como exemplo o Passeio do Idoso. O corte de árvores suscita-lhe a necessidade de uma visão estratégica para esta cidade verde. Nota que as receitas são inferiores às do ano passado e a despesa superior. Pergunta como se fará esta gestão. Joaquim Palricas comenta que o documento é uma cópia daquele do ano passado. Nota também que há um aumento substancial da receita proveniente dos serviços dos CTT. E interroga-se se a Junta vai ser ressarcida pelas tarefas que realiza. Se assim for, congratula-se com esse facto. Em resposta, Augusto Barros contesta as críticas feitas. Diz que o ano de 2020 foi muito difícil, por causa da pandemia. Se algo de 2020 se repete para o ano de 2021 é porque a crise sanitária impediu a sua realização presencial, e por isso perspectiva realizá-las em 2021. De todo o modo, o executivo não esteve parado. A juventude esteve ativa e destaca a nível ambiental o trabalho académico dum aluno do IPT. O plano a norte da cidade está já na CMT e não se avançou mais por causa das burocracias. Queremos continuar a investir no rio, nomeadamente no acesso ao Açude de Pedra. E destaca



## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

### Município de Tomar

suporta os custos da iniciativa. Augusto Barros afirmou que a Junta está no terreno desde o início da pandemia e que até ao momento não houve ninguém que, precisando de apoio, o mesmo lhe tenha sido negado. E comentou, a título de exemplo, um caso ocorrido nesse dia, de uma pessoa carenciada, em isolamento profilático, a quem foi levar pessoalmente um cabaz de emergência. Há que estabelecer prioridades. Ricardo Carlos, retomando, diz que alguns dos apoios constante da moção fazem parte das atribuições da Junta. E se o próprio presidente já os prestou, por que vota o PS contra? Feita a votação da moção, verificaram-se sete votos contra (PS e BE) e cinco a favor (PSD e CDU). Ricardo Carlos quis saber do estado de resolução de questões anteriormente analisadas, a saber: espelho parabólico a colocar numa artéria da cidade, a constituição da comissão de apoio ao programa ecofreguesias e desenvolvimento das obras na cidade. Em resposta, Augusto Barros informou que em email enviado pela CMT, esta decidiu rejeitar a sugestão do espelho parabólico. Quanto à comissão de apoio a ecofreguesias entende que não é proveitoso para a freguesia. Relativamente às obras, as realizadas na Várzea Grande vão ser em breve inauguradas. As da avenida sê-lo-ão mais tarde. Houve grandes atrasos no início das mesmas e não é provável a sua conclusão até janeiro próximo. A concluir este ponto da OT, Vitor Duarte fez referência à efeméride, a recordar em 25 de novembro, como marco importante da democracia portuguesa. Entrando-se no ponto 1. da OT, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade após introdução de algumas alterações. Não participaram nesta votação os vogais Maria da Luz e Tiago Carrão por não terem estado presentes na sessão anterior. No ponto 2. da OT, Tiago Carrão confessa-se perplexo, porque entende que o documento em análise, referente a 2021 é uma cópia do de 2020; e sendo 2021



## **Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**

### **Município de Tomar**

outras obras realizadas: a rua que vai do Lar de S. José ao Carrascal com um tapete novo; as obras sociais no bairro 1º de Maio; as obras nos sanitários das escolas do 1º ciclo; acesso a prédios para pessoas de mobilidade reduzida; obras de vertente social como o fornecimento de refeições a crianças carenciadas e retidas em casa por causa da pandemia; disponibilização de transporte às técnicas de apoio psicológico às escolas. Confessa que tem tido uma luta insistente junto da CMT, Resitejo e Tejo Ambiente sobre a recolha dos “monos” nesta União de Freguesias. Refere ainda o episódio de um mendigo que permanecia ao relento numa artéria da cidade. Foi visitado por uma técnica da Junta que verificou que essa pessoa não era de Tomar. E, querendo regressar à sua terra, a Junta pagou-lhe o transporte. Revela que as verbas que não foram gastas sê-lo-ão na área social, no sentido de minimizar as carências sociais na freguesia. Joaquim Palricas, pronunciando-se sobre a loja dos CTT, reconhece que houve uma mudança positiva, porque se lutou junto da Anafre, apesar dos ataques que lhe foram feitos pessoalmente. E diz que nunca foi contra a loja dos CTT na Junta, mas sim contra o método, verificando que esta estava a ser prejudicada. Por outro lado, afirma que nunca se disse que o executivo não fazia nada, mas falta-lhe estratégia de ação. Ocupa-se sobretudo na gestão do quotidiano. José Maria prestou alguns esclarecimentos sobre dúvidas colocadas, referiu que as verbas recebidas quer pelo FFF quer pelos contratos administrativos com a CMTomar estão fixas, pelo que não poderemos aumentar quer a receita quer a despesa para além daquilo que prevemos receber. Referiu ainda que em virtude da não transferência de competências por parte da CMTomar pouco mais poderiam fazer. Posta à votação, a proposta foi aprovada com quatro votos contra (PSD), uma abstenção (CDU) e sete votos a favor (PS e BE). O PSD irá apresentar declaração de voto. Entrando-se no ponto 3. da OT,



## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

### Município de Tomar

Anabela Mota retirou-se do plenário por ser parte interessada no ponto em análise. Joaquim Palricas verifica que a diferença deste Mapa em relação ao do ano passado consiste na redução de 15 para 14 pessoas. E questiona porquê um assistente operacional, sendo certo que são os mais necessários à atividade da Junta, acrescentando que sete funcionários do exterior são poucos. E diz-se perplexo, porque o quadro não está completo. José Maria informou que o concurso no ano passado não foi aberto, porque uma funcionária há dois anos ausente regressou. Entretanto estão abertos dois concursos para dois funcionários. Feita a votação, a proposta foi aprovada com quatro abstenções (PSD) e sete votos a favor (PS e BE). O PSD irá apresentar declaração de voto. No ponto nº 4 da OT, Joaquim Palricas refere-se ao documento em análise como sendo igual a tantos outros. E coloca algumas questões. Uma relativa a qual o espaço de estacionamento atribuído a táxis e ao transporte coletivo urbano junto da estação dos comboios; outra relativa a reunião dos presidentes de Junta sobre o PDM, estranhando que os mesmos ainda tenham dúvidas sobre aquela matéria. Comenta também que é triste que os apoios sociais tenham de aumentar, indício do aumento da pobreza. Em resposta, Augusto Barros destaca a competência do pessoal da Junta. Sobre o espaço de estacionamento junto da estação da CP, esclarece que aquele espaço era atribuído anteriormente aos táxis e foi posteriormente destinado ao transporte coletivo urbano. E compreendendo a pertinência da contestação dos taxistas, decidiu-se que estes, por pressão da Junta, manterão o seu espaço anterior junto da estação da CP. Sobre o PDM, refere que há 40 anos que se lida com este assunto. E que agora, bem ou mal, é assunto estabilizado e ficou esclarecido o lugar das coisas. Discorda de algumas das suas disposições. Entende que determinados espaços poderiam ter sido





## **Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**

### **Município de Tomar**

destinados à construção e não o foram. O mesmo documento estará exposto ao público durante 30 dias na Casa Vieira Guimarães. Há no documento aspetos positivos como a legalização das instalações de algumas Associações Culturais. Ricardo Carlos contesta a estratégia da Junta relativamente à recolha de recursos para prover às necessidades de algumas famílias da freguesia. Critica também que os projetos municipais não sejam consultados e após a sua aprovação contestam-se. Dá os exemplos do espaço de estacionamento dos táxis e da praça Raúl Lopes. Estranha que a CMT apresente uma versão do PDM sem a prévia consulta aos presidentes de Junta. Critica ainda o facto de um grupo de jovens fazer a recolha de lixo no centro histórico da cidade, entendendo que não cabe a eles o desempenho dessa tarefa. Joaquim Palricas retoma a questão da recolha de bens, dizendo que uma coisa é a recolha de bens junto das superfícies comerciais e outra é a recolha de dinheiro. Augusto Barros diz que os presidentes de Junta não foram esquecidos na questão do PDM. Há 10 anos que todos têm sido ouvidos. Por outro lado, acha caricato que os jovens não devam participar em campanhas de índole pedagógica e social, como a recolha de lixo, semelhantes aliás com outras que vêm decorrendo pelo país. Esclarece também que a Junta nas suas campanhas de recolha de bens não pede dinheiro a ninguém, podendo as pessoas contribuir com víveres. No ponto 5. da OT, Ricardo Carlos quer saber a função de determinado plasma numa janela das instalações da Junta de Santa Maria e alerta para a existência de buraco no piso de artéria junto da Escola Gualdim Pais. Augusto Barros esclarece que há casos de má consolidação de buracos abertos para reparação de condutas de água. O plasma referido destina-se à divulgação dos eventos realizados e a realizar na Junta. Informa também que vai haver aumento das mesas de voto, de modo a reduzir o número de eleitores por mesa. Esclarece



## Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais

### Município de Tomar

ainda que tem havido uma grande quantidade de “monos” a recolher na União de Freguesias, e explica que muitos deles são de pessoas estranhas à freguesia e que os despejam em determinados locais desta freguesia. Ricardo Carlos concorda com o aumento de mesas eleitorais e disponibiliza-se para colaborar nessa tarefa. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário: